

Assunto **Pregão Eletrônico nº 06/2020**  
De Anderson Clayton <anderson.clayton@gmail.com>  
Para <colic@iti.gov.br>  
Data 2020-10-27 20:43



## ILUSTRÍSSIMA COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS DO INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI

Pregão Eletrônico nº 06/2020

Processo Administrativo n.º 00100.001416/2020-79

**Voritec Comércio e Serviços de Informática Ltda**, pessoa jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita sob o CNPJ número 09.172.241/0001-92, com sede em Q SIG QUADRA 4 LOTE 75/83/125 E 175 BLOCO B SALA 206, Brasília/DF, CEP: 70.610-440, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas, vem, **TEMPESTIVAMENTE**, por intermédio de seu representante legal, oferecer

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

do pregão eletrônico em epígrafe, em face da RESTRITIVIDADE que obsta a aferição da proposta mais vantajosa pela Administração, e da ILEGALIDADE de exigências editalícias nos termos propostos, o que o faz pelas razões a seguir expostas.

#### **1. DA TEMPESTIVIDADE**

A princípio, insta destacar que o item nº 23.1 do referido edital prevê a possibilidade de impugnação do ato convocatório em até três dias úteis, antes da data fixada para a abertura da sessão pública.

Tendo sido designada a data de 30 de outubro de 2020, para abertura da sessão pública, o prazo para oferecimento desta impugnação, finda em 27 de outubro de 2020, **restando evidente sua tempestividade**.

Sob este aspecto é importante ressaltar que tanto na Lei nº 8.666/93, quanto na legislação específica do Pregão, bem como neste edital, a expressão **"ATÉ três dias antes da data de abertura"** é utilizada, vejamos:

#### Lei 8.666/93

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido **ATÉ 5** (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

#### Decreto 5.450/2005

Art. 18. **ATÉ** dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

Desta feita, se a lei determina de modo expresso que o licitante deve protocolar sua impugnação ao edital ATÉ o segundo dia útil que anteceder a abertura do certame, isso significa que o documento pode ser apresentado **inclusive durante o transcorrer do segundo útil anterior ao início da licitação**. A utilização do termo "até" nos comandos normativos em referência traz, evidentemente, o entendimento de que no segundo dia anterior à abertura do certame ainda se mostra possível apresentar o pedido de impugnação ao edital eventualmente contestado.

Inclusive o Tribunal de Contas da União possui vários entendimentos nesse sentido. No Acórdão nº. 1/2007 (processo TC 014.506/2006-2) o TCU entendeu ser tempestiva uma impugnação apresentada em 22/11/2005 (terça-feira) em face de um pregão que teria abertura em 24/11/2005 (quinta-feira). Do mesmo modo, através do Acórdão nº. 382/2003 (processo TC 016.538/2002-2) entendeu ser tempestiva uma impugnação apresentada em 27/9/2002 (sexta-feira) em face de uma licitação que ocorreria em 1/10/2002 (terça-feira).

Assim sendo, não resta dúvida quanto a tempestividade da presente, mormente porque a Lei deve ser interpretada em favor do interesse público, em detrimento do formalismo, e a presente impugnação apresenta razões que demonstram ILEGALIDADE e RESTRITIVIDADE do certame, que se desprezadas trarão **prejuízo a res publica**.

## 2. PRELIMINAR DE EFEITO SUSPENSIVO À IMPUGNAÇÃO

Requer, em princípio, pelo fato de estarem presentes razões de interesse público, a eficácia suspensiva prevista no § 2º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, e, ainda, providência urgente conforme procedimento adotado pelo Egrégio Tribunal de Contas da União (art.21, da Resolução 36/1995), no sentido de que se determine, de imediato e de forma **LIMINAR**, a sustação do curso da licitação, julgamento da presente impugnação.

Como conseqüente, se requer a **REFORMULAÇÃO** do edital, escoimando os vícios nele contidos, vícios esses que contrariam dispositivos constitucionais e da legislação pertinente, acarretando, com isso, prejuízo para as partes interessadas e, conseqüentemente, para o interesse público e, ainda, promovendo a necessária abertura de prazo para divulgação das novas condições de apresentação da proposta (§ **4º, art.21 da Lei 8.666/93**).

## 3. DAS ILEGALIDADES DO EDITAL

O Edital trata de Pregão Eletrônico destinado a escolha da proposta mais vantajosa para Registro de Preços visando a:

"[...] aquisição de solução para proteção de perímetro e conectividade de redes de dados e armazenamento, com suporte, treinamento e garantia [...]"

Dentre as exigências editalícias encontram-se condições relativas à solução a ser adquirida que indiscutivelmente reduz a possibilidade de contratação a única empresa, sem que isso de fato signifique um ganho de qualidade, ou mesmo uma característica que seja indispensável a contratação.

Noutros termos, ao que tudo indica existe clara predileção por uma Empresa/Produto, e para tanto, são estabelecidas diversas exigências exageradas e descabidas, que finalmente acabam por importar em cerceamento apriorístico de defesa, quebra de isonomia e desrespeito ao princípio da competitividade do certame licitatório, conforme será oportunamente demonstrado.

É dizer que o edital nos moldes em que publicado, tornam os serviços/produtos da grande maioria das empresas inviável, no afã de tornar uma solução específica a única possível no vasto universos de concorrentes que poderiam pleitear o certame.

Importa dizer que as exigências inseridas no âmbito da lei evidenciam uma restritividade do objeto a ser contratado pela Administração, que não agregam objetivamente nenhum valor ao produto, de modo que somente um fabricante é capaz de fornecê-las nos termos editalícios – a fabricante Watchguard – evidenciando assim um direcionamento da escolha da proposta sagrar-se-á vencedora ao final.

Assim, passa-se a dizer de modo mais detido sob cada um dos pontos que se reputam excessivos, itens que aponta claramente o direcionamento conforme links abaixo:

"2.53. Definir o intervalo de tempo entre tentativas de login incorretas por conexão tanto de clientes quanto servidores FTP;"

[https://www.watchguard.com/help/docs/help-center/en-US/Content/en-US/Fireware/proxies/ftp/proxy\\_ftp\\_gen\\_settings\\_c.html](https://www.watchguard.com/help/docs/help-center/en-US/Content/en-US/Fireware/proxies/ftp/proxy_ftp_gen_settings_c.html) - "Set the maximum time period for failed logins

"

-----

"2.56. Suportar DNS dinâmico dos seguintes provedores, pelo menos:"

"2.56.1. [DynDNS.org](https://www.dynDNS.org)"

"2.56.2. [No-IP.com](https://www.No-IP.com)"

"2.56.3. [dynu.com](https://www.dynu.com)"

"2.56.4. [duckdns.org](https://www.duckdns.org)"

[https://www.watchguard.com/help/docs/help-center/en-US/Content/en-US/Fireware/networksetup/dyndns\\_about\\_c.html?Highlight=dynamic%20dns](https://www.watchguard.com/help/docs/help-center/en-US/Content/en-US/Fireware/networksetup/dyndns_about_c.html?Highlight=dynamic%20dns) - "About the Dynamic DNS Service"

-----

"2.68. Suportar ações baseadas em conteúdo HTTP e HTTPS, permitindo o roteamento de solicitações HTTP ou HTTPS descritografadas para diferentes servidores da web internos com base no conteúdo do cabeçalho do host HTTP e da solicitação HTTP;"

"2.68.1. A ação baseada em conteúdo HTTP e HTTPS deve permitir, além do redirecionamento baseado em cabeçalho do host, o descarregamento de TLS/SSL;"

"2.68.2. A ação baseada em conteúdo HTTP e HTTPS deve suportar acionamento via padrão do cabeçalho e via expressão regular;"

[https://www.watchguard.com/help/docs/help-center/en-US/Content/en-US/Fireware/proxies/general/content\\_actions\\_tls-ssl-offload.html?Highlight=offload](https://www.watchguard.com/help/docs/help-center/en-US/Content/en-US/Fireware/proxies/general/content_actions_tls-ssl-offload.html?Highlight=offload)  
Action for TLS/SSL Offloading"

- "Use an HTTP Content

---

2.100. A solução deve suportar VPN site-to-site sobre TLS;

[https://www.watchguard.com/help/docs/help-center/en-US/Content/en-US/Fireware/bovpn/manual/bovpn\\_tls\\_about\\_c.html?Highlight=vpn%20tls](https://www.watchguard.com/help/docs/help-center/en-US/Content/en-US/Fireware/bovpn/manual/bovpn_tls_about_c.html?Highlight=vpn%20tls)  
TLS"

- "About Branch Office VPN over

---

"2.142. Trabalhar com tecnologia de anti-spam baseada em Recurrent Pattern Detection (RPD);"

[https://www.watchguard.com/help/docs/help-center/en-US/Content/en-US/Fireware/services/spamblocker/spam\\_global\\_proactive\\_patterns\\_c.html?Highlight=pattern%20](https://www.watchguard.com/help/docs/help-center/en-US/Content/en-US/Fireware/services/spamblocker/spam_global_proactive_patterns_c.html?Highlight=pattern%20)  
spamBlocker Proactive Patterns"

- "About

---

"2.147. Possuir capacidade para bloquear spam baseado em imagem e em texto;"

[https://www.watchguard.com/help/docs/help-center/en-US/Content/en-US/Fireware/services/spamblocker/spam\\_global\\_c.html?Highlight=spam%20image](https://www.watchguard.com/help/docs/help-center/en-US/Content/en-US/Fireware/services/spamblocker/spam_global_c.html?Highlight=spam%20image)  
spam is a problem for your organization, you can increase the maximum file size to block more image-based spam. "

- "However, if image-based

---

"2.166. Suportar atualizações de assinatura de DLP e a instalação manual de assinaturas de DLP em modo offline;"

Nesse sentido, caso outra empresa deseje participar do certame, terá que adicionar outro equipamento conforme sugerido pelo edital – ao exemplo da Watchguard.

#### 4. DA ILEGALIDADE DAS EXIGÊNCIAS QUE RESTRINGEM A COMPETITIVIDADE DO CERTAME

Nesse prisma é necessário que se verifique que o princípio magno da legalidade administrativa, por si só, obsta qualquer atuação da Administração que desborde os limites da previsão legal. *In casu*, o que se vê são exigências editalícias injustificadas que não guardam qualquer razoabilidade técnica, o que por si só já garante a sua ilegalidade.

Inobstante, cumpre ainda destacar que as exigências também afrontam o ordenamento, tornando ainda mais destacável a ilegalidade de que são eivadas, a justificar o pleito de que não prosperem como exigências do edital.

A isonomia é parâmetro básico do certame licitatório, exigido pelo artigo 37, XXI, da Constituição Federal e princípio insculpido na Lei nº 8.666/93 que modela todas as licitações no âmbito do ordenamento pátrio, ou veja-se:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do **princípio constitucional da isonomia**, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, **da igualdade**, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Desse modo, além de desrespeitar o princípio da legalidade administrativa, a exigência é **vertente afronta ao princípio da isonomia**, mais um motivo pelo qual não deve prosperar.

*In casu*, esse nobre órgão da administração não está, *data vênia*, cumprindo o dever de oportunizar a ampla participação de concorrentes e consequentemente a possibilidade de conferir maior vantagem ao erário com a contratação da melhor proposta, **MAS ESTABELECENDO UMA EXIGÊNCIA INEXPLICÁVEL E CERCEADORA DA PARTICIPAÇÃO DA LICITANTE.**

Trata-se de **injustificada restrição ao caráter competitivo do processo licitatório que, aliás, visa justamente a busca da proposta mais vantajosa para a própria Administração.**

Isso porque, em virtude das cláusulas impugnadas do Edital, qualquer empresa que pretenda oferecer um preço mais baixo para o nobre ITI, encontrará óbice em vistas a predileção demonstrada pela fabricante Watchguard.

Pelas diversas ilegalidades que perpetra, assim, **merece ser retirada do Edital as aludidas exigências**, destarte merecendo guarida a presente impugnação nesse ponto.

Assim sendo, **necessário que se readéque o Edital, para que seja excluída a injustificada e ilegal limitação imposta pelas cláusulas acima apontadas.**

## 5. DOS PEDIDOS

*Ex positis*, é a presente impugnação para requerer:

- a) Liminarmente, **a sustação do certame**, por estar devidamente motivada, presente as razões de interesse público, bem como presentes o *periculum in mora* e o *fumus boni juris*;
- b) A procedência da presente impugnação para retirar do edital as exigências mencionadas, todas instrumentalizadas pela Lei **por frustrarem a legalidade, isonomia, o caráter competitivo da licitação, o princípio da segurança jurídica e o princípio da livre iniciativa e da liberdade de mercado**, sendo assim inadequada dentro dos parâmetros legais e jurisprudenciais.
- c) A abertura de prazo para divulgação das novas condições de apresentação da proposta (§ 4º, art.21 da Lei 8.666/93).

Nestes termos, Pede deferimento.

Brasília/DF, 27 de outubro de 2020.

**Anderson Clayton**  
**Diretor de Tecnologia**  
**Voritec Comércio e Serviços de Informática Ltda**  
**CNPJ: 09.172.241/0001-92**

--

Esta mensagem foi verificada pelo sistema de antivírus e  
acredita-se estar livre de vírus.